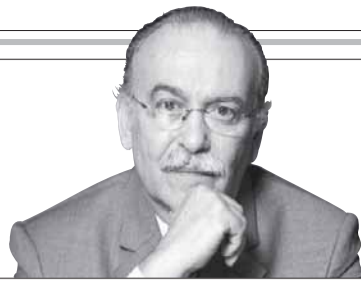


JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS



✉ jr.mendonca@mbassociados.com.br

O mundo do petróleo está mudando

Recentemente, a Agência Internacional de Energia (AIE), divulgou sua revisão semestral do mercado de petróleo para os próximos anos (Medium Term Oil Market Report 2013). A demanda mundial continuará crescendo, atingindo 96,7 milhões de barris/dia em 2018, um crescimento de 7,7% em relação a 2012. O consumo global de petróleo será cada vez mais determinado pelos países emergentes por duas razões. Nos países ricos, o consumo vem caindo por efeito de medidas de conservação e de melhores equipamentos, como é o caso da frota de veículos americano e europeia. Ao mesmo tempo, o crescimento do mundo rico será bastante limitado, como é o caso da Europa.

Em paralelo, o mundo emergente vai elevar sua participação no mercado. Neste ano, já temos duas indicações deste comportamento: em fevereiro, pela primeira vez na história, a China importou mais petróleo do que os EUA; enquanto isso, a AIE pro-

jeta, que já neste segundo trimestre, a demanda dos países em desenvolvimento e emergentes já será maior do que a dos países avançados. Esta projeção também incorpora certo arrefecimento no crescimento da China e uma expansão rápida da demanda africana.

Mas as maiores alterações estão do lado da oferta, onde as novas técnicas de produção do "shale gas" (gás de rocha) e de petróleo leve, nas mesmas formações geológicas, estão promovendo um forte crescimento na produção americana, que provavelmente se espalhará para outros países fora da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). De fato, o crescimento fora da Opep é projetado para ser de mais de 6 milhões de barris/dia, servindo toda a expansão da demanda.

Como consequência, a Agência projeta uma capacidade ociosa na Opep da ordem de 7 milhões de barris/dia. A Agência chama a atenção que não se trata apenas do crescimento da produção de petróleo e gás fora da Opep, mas, também, uma forte mudança na própria ca-

deia produtiva como um todo, onde está se alterando a localização da capacidade de refino (mais próxima das regiões produtoras) e da capacidade de tanca-gem e terminais de exportação, com um crescimento maior nos países em desenvolvimento e emergentes.

Finalmente, o trabalho aponta duas outras observações. As tecnologias inovadoras desenvolvidas para o "shale gas" serão utilizadas em outros países e mesmo na melhora da captura de petróleo convencional, reforçando o aumento da oferta. O México, por exemplo, é um forte candidato à elevada produção, uma vez que já se disse que a geologia não conhece fronteiras e as formações, hoje, exploradas no sul dos Estados Unidos se estendem para o país vizinho. É por isso que o novo presidente mexicano está tão empenhado em mudar a legislação e reduzir as restrições ao investimento estrangeiro na área petrolífera no país.

A segunda observação é que o novo óleo de rocha (Tight Oil - TO) é muito leve e doce, o que tende a reduzir a demanda de óleo pesado como o da Venezuela. O comércio internacional também mudará com a alteração da localização das novas refinarias, resultando num crescente comércio de derivados, como gasolina e outras frações, às custas de certa redução no comércio do

óleo cru.

Caso os receios ainda existentes com relação à questão ambiental sejam completamente superados, inclusive por mudanças tecnológicas, o novo cenário terá grandes implicações para o mundo.

A Opep perderá a importância estratégica que tem hoje, especialmente, porque os EUA caminham para a autossuficiência de petróleo. Neste grupo perde também a Venezuela, com seu petróleo pesado. As exportações de gás da Rússia terão concorrência nova vinda dos EUA e do próprio Oriente Médio, que é o que explica a corrida da Gazprom para dar descontos e refazer contratos com clientes europeus. Finalmente, o preço do petróleo tende a cair como resultado de todas essas forças. O conflito, cada vez mais sangrento e profundo, no Oriente Médio é que está impedindo baixa mais pronunciada nas cotações.

O Brasil será naturalmente afetado por este novo cenário. Antes de tudo, creio que a observação mais relevante é que fica ainda mais claro o enorme custo da mudança do regime de concessões para o regime de partilha na exploração do chamado pré-sal. Isso porque as impossíveis demandas feitas para a Petrobrás implicaram um forte atraso na exploração de nossas reservas, retratada nestes quatro anos de estagnação da produção de petróleo, mesmo com grandes gastos da Petrobrás.

Já colocamos aqui, mas não custa repetir, que o governo criou um modelo que pedia à companhia que elevasse muito e rapidamente a produção numa área difícil, arriscada e desconhecida. O governo pedia mais, a utilização de tecnologia de ponta, a obrigatoriedade da

companhia de ser a grande operadora dos novos campos, tudo isso a um custo razoável, mas com a utilização obrigatória de 65% de fornecedores nacionais.

Como se não fosse suficiente, o preço dos derivados ficou populisticamente congelado por vários anos, reduzindo a geração de caixa da companhia. Era claramente uma missão impossível e a gigantesca perda de valor na Petrobrás revela isso. Pior ainda, se o novo cenário desenhado pela Agência Internacional de Energia for verdadeiro, o preço do petróleo vai cair, reduzindo em certa medida o retorno dos investimentos. O valor presente de nossa riqueza, certamente, é hoje, menor do que há cinco anos.

O ponto positivo do cenário de petróleo no Brasil é que, mansamente, as principais loucuras do modelo de partida estão sendo amenizadas. Na semana retrasada, tivemos o grande sucesso de um leilão de novas áreas, realizado com as regras do regime de concessão, antes tão criticado. Ao mesmo tempo, a nova presidente da Petrobrás vem trabalhando tecnicamente, com toda a liberdade, sem o populismo da gestão anterior. O resultado trimestral da companhia mostrou um avanço nos parâmetros de eficiência e uma melhora significativa nas demais variáveis. Ainda há muito que se avançar, mas é possível que, nos próximos anos, a melhora se consolide.

* ECONOMISTA E SÓCIO DA MB ASSOCIADOS

Multifuncional HP Deskjet Ink 2050 Impressora, copiadora e scanner. Cód. 218294

R\$ 199,00 a vista ou em 3X sem juros nos cartões

Notebook HP 1000-1240BR Processador Core i3 de 2.2 GHz 4 GB de memória, tela 14" HD de 500 GB, W8. Cód. 221613

R\$ 1.799,00 a vista ou em 10X sem juros nos cartões

HP multifuncional 1132 ciclo mensal páginas

R\$ 649,00 a vista ou em 6X sem juros nos cartões

Base para notebook APP-TECH Com 3 cores, prata. Cód. 004455

de R\$ 39,00 **R\$ 27,90** a vista ou em 3X sem juros nos cartões

Saco organizador a vácuo EASY SPACE 80 x 60 cm. Cód. 637803

de R\$ 11,90 **R\$ 8,99** a vista pac. c/ 1 unid.

Cartucho 122XL HP CH563HB, preto. Cód. 798332

R\$ 69,90 a vista ou em 3X sem juros nos cartões

Kalunga.com
+100 lojas

VENDAS PARA EMPRESAS GRANDE SÃO PAULO 11 3347-7000 OUTRAS LOCALIDADES 0800-0195566

Governo quer 'desfavelizar' Porto de Santos

Ideia é juntar áreas de concessões que estão por vencer e modernizar as instalações



Caos logístico. Atual modelo torna porto pouco eficiente

Lu Aiko Otta | BRASÍLIA

O governo receberá no mês que vem uma proposta de modelagem para a licitação de terminais no Porto de Santos (SP). A ideia é juntar áreas cujos contratos estão vencidos e permitir, assim, a chegada de instalações mais modernas e eficientes. Também haverá uma arrumação geral na área, separando tanto quanto possível os diferentes tipos de carga: frangos congelados de um lado, produtos químicos de outro.

Ocorrerá, assim, uma espécie de "desfavelização" do porto, segundo avaliou um integrante do governo. Ele descreveu o Porto de Santos como uma "favela" onde se amontoam pequenos terminais e armazéns, num caos pouco eficiente. "Dá para fazer muita coisa", afirmou ao Estado o diretor-geral da Empresa Brasileira de Projetos (EBP), Hélcio Tokeshi, referindo-se às propostas de otimização do uso do espaço que estão sendo concluídas.

Ele está encarregado de elaborar a modelagem para licitação de 159 terminais portuários em todo o País que o governo quer oferecer, além de dois aeroportos e de sete lotes de rodovias. Por orientação do governo, a

EBP elabora estudos para os portos supondo que os contratos vencidos não serão prorrogados. É um cenário diferente do que consta do texto aprovado pelo Congresso Nacional para a Medida Provisória (MP) 595, a MP dos Portos.

Lá, ficou previsto que os terminais licitados após 1993 teriam seus contratos prorrogados, a maioria por 25 anos. O dispositivo, apelidado de "emenda Tio Patinhas" pelo deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), deve ser vetado pela presidente Dilma Rousseff, segundo parlamentares governistas.

Santos e Pará fazem parte de um primeiro lote de modelagens a ser entregue pela EBP. Haverá outros quatro a serem entregues em parcelas até setembro.

Aeroportos. Nesta semana, o governo anuncia a modelagem para o leilão dos aeroportos de Galeão (RJ) e Confins (MG). Quando ele for concluído, metade dos passageiros que circulam por avião no País passarão por aeroportos administrados pela iniciativa privada.

A grande novidade da licitação, disse Tokeshi, já foi anunciada: a exigência de um operador internacional que administre aeroportos com pelo menos 35 milhões de passageiros por ano. "Não é preciso muita coisa para atrair investidores, porque são dois ótimos ativos", comentou. "Há muitas empresas interessadas." Tal como foi feito nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília, a Infraero participará do consórcio vencedor com uma participação de 49%.

Redução de acidentes será premiada com aumento de tarifa

Bônus para as concessionárias será de até 2%, como estímulo a investimentos que aumentem a segurança

BRASÍLIA

Os novos concessionários de rodovias federais poderão aumentar as tarifas em até 2% como bônus pela redução de acidentes. "É um estímulo para pequenos investimentos que aumentarão a segurança", explicou o diretor-geral da Empresa Brasileira de Projetos (EBP), Hélcio Tokeshi.

Por outro lado, para evitar o que ocorreu com as rodovias leiloadas no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que atrasaram os investimentos prometidos, as novas concessões terão um conjunto de parâmetros e metas, cujo descumprimento implicará num reajuste menor de tarifa.

"Será de uma forma bem automática, com pouca margem de discricionariedade, para que as punições sejam efetivamente aplicadas." Se tudo correr co-

● **Incentivo** "É um estímulo para pequenos investimentos que aumentarão a segurança."

Hélcio Tokeshi DIRETOR DA EMPRESA BRASILEIRA DE PROJETOS

mo o planejado, rodovias como a BR 163, em trechos no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, estarão duplicadas e monitoradas por câmeras em menos de uma década.

"Tudo vai ser leiloado neste

mandato da presidente Dilma Rousseff", garantiu Tokeshi, minimizando os atrasos. Os concessionários terão cinco anos para duplicar as rodovias.

Taxa de retorno. O diretor-geral da EBP também relativizou o impacto da decisão do governo de elevar a Taxa Interna de Retorno (TIR) das rodovias de 5,5% para 7,2%. "Essa é só uma das dezenas de premissas que formam a tarifa", comentou.

Tokeshi explicou que, assim como a taxa interna de retorno dos empreendimentos afeta a rentabilidade do concessionário, essa também pode ser modificada pelo preço que ele pagará pelo asfalto, a qualidade do piso, o salário que será pago aos motoristas das ambulâncias que ele será obrigado a manter na rodovia, entre outros. /L.A.O.

www.Kalunga.com +100 lojas

VENDAS PARA EMPRESAS GRANDE SÃO PAULO 11 3347-7000 OUTRAS LOCALIDADES 0800-0195566

